

FINANÇAS PÚBLICAS

Estados querem ajuda para pagar precatórios

Governadores vão pedir que Planalto abra uma linha especial de financiamento

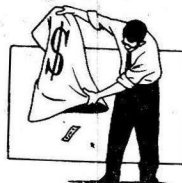
LU AIKO OTTA
e SILVIO BRESSAN

Os governadores querem ajuda para pagar causas perdidas na Justiça, na forma de uma linha de financiamento do governo federal ou mesmo de anistia. Além disso, os Estados mais pobres querem baixar os juros e estender o prazo de pagamento das dívidas que já foram refinanciadas em 1993, coisa que o Ministério da Fazenda se recusa a fazer.

Os dois temas constavam da pauta da reunião realizada no final da tarde de ontem no Palácio dos Bandeirantes, à qual compareceram 18 governadores. A intenção era divulgar um documento de reivindicações comuns dos Estados para ser entregue ao presidente Fernando Henrique Cardoso.

"Queremos levar uma proposta para negociar com o Planalto", informou o governador do Espírito Santo, Vítor Buainain (PT). "Há consenso de que os empréstimos da Caixa Econômica Federal não atendem às necessidades dos Estados." Há duas semanas, Buainain organizou um encontro de governadores em seu Estado, origem da reunião de ontem.

"Vamos propor mexer o imexível",



L.C.Leite/AE

Dívidas trazem 18 governadores a São Paulo: atrás de mais verbas além dos empréstimos da CEF

afirmou o governador do Sergipe, Albano Franco (PSDB). Seu Estado, como a maior parte dos do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, pouco ou nada se beneficiariam da solução dada

para as dívidas do Rio Grande do Sul e de Minas, acordo centrado na dívida mobiliária (em títulos).

A maior parte dos débitos dos Estados mais pobres é em contratos, refinanciados há três anos, por prazo de 20 anos. Por isso, a Fazenda não

quer discutir o assunto agora. Os governadores, porém, já acertaram, na reunião do Espírito Santo, que levariam a Brasília a proposta de estender o prazo para 30 anos e fixar a taxa de juros em 6% ao ano.

Precatórios — Além disso, os governadores querem uma solução para o pagamento dos precatórios judiciais, as causas perdidas pelos Estados na Justiça. São Paulo, por exemplo, deve R\$ 5 bilhões em precatórios.

"Da forma como está, não há co-

mo continuar pagando", disse o governador gaúcho, Antônio Britto (PMDB). "Precisamos conversar com o Judiciário e mostrar que a inflação acabou." Britto já pagou R\$ 57 milhões em precatórios desde que assumiu, valor maior do que o pago nos últimos oito anos.

O colega de Alagoas, Divaldo Suruagy (PMDB), propõe moratória dos precatórios. Franco e Buainain imaginam uma saída na modificação da lei. Buainain defende, ainda, que o valor das decisões judiciais seja revisto.